

Nota de Abertura

I

Análise Psicológica apresenta um número temático dedicado à **História da Educação**, e ilustrado por alguns dos trabalhos académicos que nos últimos anos têm sido produzidos em Portugal, neste campo.

À pergunta, já clássica, de «para que serve a História», as respostas têm sido muitas, mas gostaríamos de salientar uma destas respostas, a que R. G. Collingwood nos fornece na introdução ao seu clássico livro, editado há já muitos anos com o título de «A Ideia de História».

Diz-nos este autor o seguinte:

«... A História é para o auto-conhecimento humano. Julga-se geralmente que é importante para o homem, que ele se conheça a si próprio, não querendo isto dizer que ele conheça as suas particularidades meramente pessoais (...) mas sim a sua natureza de homem. (...) Conhecer-se a si mesmo significa saber o que se pode fazer. E como ninguém sabe o que pode fazer antes de tentar, a única indicação para aquilo que o homem pode fazer, é aquilo que já fez. O valor da História está então em ensinar-nos o que o homem tem feito e deste modo, o que o homem é ...» (p. 22).

É uma resposta clássica, na mais clássica das suas acepções, uma resposta que se dirige para a busca incessante da identidade humana, e uma resposta que visa dar uma continuidade ao presente, através da reconstrução do passado, em ordem a poder prever o futuro, uma das angústias tradicionais do ser humano moderno.

A História é pois uma construção humana, as narrativas que derivam de tal construção têm origem no presente, e a génese destas construções deve procurar-se também no presente.

Como na segunda parte deste texto se voltará a referir, a produção histórica em Portugal, em geral, mas também no campo da História da Educação, tem atravessado na última década um dinamismo assinalável, que estará provavelmente relacionado com as interrogações sobre o presente e sobre o futuro que são próprias de tempos de mudança.

Estes tempos, geradores de incertezas, não são, como é óbvio, exclusivos dos dias que estamos a viver, aconteceram noutras épocas com respostas similares, mas, os problemas porque teremos que passar têm a sua especificidade, como todos os problemas de cada época têm as suas características.

Estamos pois num daqueles momentos do nosso percurso como grupo social alargado em que a

mulher e o homem comuns se sentem fragilizados face a temas como a sua identidade nacional, o seu lugar no espaço que ocupam, e, problema relativamente novo para a especificidade portuguesa, a sua recolocação mental em termos de soberania e pertença a uma construção territorial que parece pulverizar as fronteiras de antigamente, estendendo-se em horizontes desconhecidos.

A capital dos portugueses é mesmo Lisboa, é Bruxelas ou Berlim? Os portugueses continuam a ser portugueses, portugueses do Norte, portugueses do Sul, portugueses do interior, do litoral, ou portugueses da Europa, ou europeus com particularismos regionais como sempre também foram todos os europeus?

Estas preocupações não são meramente o produto de mentes tradicionalmente inquietas sobre tudo, como é apanágio dos cientistas em geral e dos que se dedicam às Ciências Humanas e Sociais em particular, e também não são pertença exclusiva dos portugueses como poderemos perceber se estivermos atentos ao que de todo o mundo nos vem. Basta lembrarmo-nos da palavra «desemprego», para percebermos que todas estas medos e dúvidas têm implicações bem reais no quotidiano e no futuro de todos nós.

Estas dúvidas e medos têm uma tradução quase imediata no campo da Educação.

O fim das tradicionais «pautas aduaneiras», a emergência de uma mão de obra à escala global, e a rapidez quase instantânea das Comunicações e das movimentações de capitais, coloca todas as antigas fracções delimitadas de território e de nacionalidades num espaço infinito, que se tem muito de abertura, tem ainda mais de competição, e programarmos a nossa preparação técnica, científica e humana para uma «coisa» destas dimensões é algo de profundamente novo e inquietante.

O facto de em Portugal, à semelhança do resto dos países do mundo, estarmos pela primeira vez na nossa história, perante um mercado concorrencial à escala mundial, sem protecção Estatal, pôs-nos perante o medo de não conseguirmos manter uma economia portuguesa, pôs-nos perante o medo bem real da deslocalização da indústria, pôs-nos perante o medo de não sermos suficientemente competitivos perante o mundo, e claro, obrigou-nos a olhar com uma renovada atenção para a maneira como as futuras gerações de portugueses são educados e preparados para este hipotético futuro.

Ao mesmo tempo que assistimos a uma «tranquilizadora» profusão de «Histórias de Portugal», assistimos também, e com resultados diversificados a uma profusão de discursos sobre a educação.

É melhor muito do que pouco, mas o risco inevitável da produção científica é a apropriação de tal produção em ordem à legitimação de posições que decorrem do factor político, e portanto de escolhas levadas a cabo por pessoas.

A recente «redescoberta» do atraso educativo português que a comparação com as sociedades com que competimos evidenciou, veio lançar muitas instituições governamentais e para-governamentais numa «cruzada» pela educação que lembra um pouco a retórica improdutiva que sobre o mesmo assunto foi produzida há cem anos atrás, incluindo alguns dos tiques patrioteiros de então.

Se é óbvio que é preciso ir fazendo tudo o que for possível para que haja mais portugueses a terem mais anos de educação, parece-nos importante que é fundamental que a questão se não resuma na quantidade, mas também na qualidade, e a construção de mecanismos geradores de tal qualidade exige um tipo de contenção, um tipo de reflexão que só podem existir se recusarmos o voluntarismo barulhento típico dos períodos de legislaturas quadrienais.

A qualidade na educação não pode ser aferida pela facilidade ou dificuldade que os alunos das escolas portuguesas venham a ter na adaptação imediata ao mercado de trabalho: a qualidade na educação traduz-se quase sempre por eficiência, mesmo que esta não seja imediatamente visível, a eficiência na formação nem sempre se traduz por qualidade na educação e isso só será visível em espaços de tempo alargados.

A educação deve pois ser sentida como algo de ao mesmo tempo útil e algo de belo, no sentido em que deve constituir um factor de crescimento interior gerador de prazer pessoal.

A obsessiva luta para nos aproximarmos das médias de países que têm histórias diferentes, deve continuar porque é em si geradora de dinamismo, mas deve ser sobreposta pelos factores humanos, culturais, científicos e estéticos que são a base de todo o indivíduo «educado»: provavelmente não será por a média de anos de escolaridade se ir aproximando das médias de escolaridade dos países da

O.C.D.E. ou da U.E. que hábitos como os de leitura de jornais e de livros se implantarão, continuando a cruzada educativa como tem sido até agora.

É preciso algo mais, e a História da Educação, na sua lentidão de processos de trabalho amadurecidos por períodos de gestação longos, pode dar um contributo para este «algo mais» de que sentimos a falta.

*Eis o que gostaríamos que se tornasse visível nos diversos artigos que compõem este número de **Análise Psicológica**.*

ANTÓNIO CANDEIAS

II

A História da Educação vive um tempo de grandes interrogações e debates. A profusão recente de obras e livros colectivos que procuram reflectir sobre a disciplina revela bem a necessidade de repensar o trabalho realizado nas áreas do ensino e da investigação. É uma literatura muito interessante, que se situa na linha das reflexões epistemológicas (teóricas e metodológicas) que têm tido lugar no conjunto das ciências sociais e humanas. As respostas do passado já não chegam e é preciso encontrar novos sentidos para a acção que se desenvolve no quadro do ensino, nomeadamente na formação de professores, e para a interrogação intelectual que alicerça as realidades da investigação.

Em Portugal, há um movimento interessante de investigadores, sediados, sobretudo, nos Departamentos de História e de Ciências da Educação, que tem vindo a renovar a agenda tradicional da História da Educação e a abrir novas pistas de intervenção e de pesquisa. A última década é, sem dúvida, a mais dinâmica da história da disciplina, com a realização de um conjunto alargado de trabalhos académicos e de uma série extremamente importante de reuniões científicas nacionais e internacionais. Como é evidente, coexistem no nosso país tendências e perspectivas muito distintas que têm sabido articular-se em torno de uma valorização do prestígio científico e académico da História da Educação.

*O presente número de **Análise Psicológica** procura contribuir para dar uma maior visibilidade a alguns destes trabalhos, apresentados recentemente no quadro de provas de doutoramento em universidades portuguesas ou estrangeiras. O encontro dos oito autores que participam neste número fez-se em reuniões e projectos vários, parecendo-nos que eles constituem uma boa ilustração da investigação histórico-educacional que existe actualmente em Portugal. Trata-se de autores que baseiam o seu trabalho em perspectivas muito distintas (sociológicas, psicológicas, filosóficas, pedagógicas) e que permitem um enriquecimento do inquérito histórico.*

O primeiro artigo, da autoria de António Nóvoa (Universidade de Lisboa), História da Educação: percursos de uma disciplina, é escrito na linha dos trabalhos de «história das disciplinas científicas», apresentando-se como um balanço historiográfico ou, melhor dizendo, historiológico. Articulando os debates internacionais com a situação da comunidade científica nacional, ensaiam-se pistas de análise da produção passada e presente e sugerem-se linhas de desenvolvimento futuro da disciplina.

O segundo artigo, da autoria de Justino Pereira de Magalhães (Universidade do Minho), Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime, constitui um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal. A primeira parte contém uma informação sobre o fenómeno e o perfil do alfabetizado no Antigo Regime, enquanto a segunda se organiza em torno de questões de natureza metodológica.

O terceiro artigo, da autoria de António Candeias (ISPA), A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa, 1905-1930, procura reconstituir a história de uma instituição que acalentava o sonho de que era possível mudar o mundo através da mudança da escola. Tratando-se de uma forma de ver a escola típica de uma altura em que nela se depositavam todas as esperanças na melhoria da condição humana, a escola retratada por António Candeias, sendo construída por anarquistas, assume-se no entanto como

uma alternativa face ao mundo em que se vivia. O artigo procura mostrar a maneira como através de uma forma de educação se procurava dar conteúdo às alternativas vindas do movimento libertário.

O quarto artigo, da autoria de Alberto Filipe Araújo (Universidade do Minho), O tema do homem novo no discurso pedagógico de João de Barros, visa, à luz da hermenêutica de Gilbert Durand, detectar os traços míticos, as estruturas intencionais profundas ou os «núcleos figurativos» presentes no pensamento do pedagogo republicano. Através de um pensamento de cariz filosófico, o autor percorre os textos de João de Barros, através do método mitanalítico, para identificar a carga mítica mediatizada pelo mitologema do «homem novo».

O quinto artigo, da autoria de Helena Costa Araújo (Universidade do Porto), Da história de uma profissão em mutação: as professoras primárias na viragem do século, aborda a problemática da feminização do professorado, mostrando de que forma este processo é portador de novas formas de encarar o ensino e a profissão docente. A autora assinala a ambiguidade de políticas estatais que, por um lado, procuram expandir a escola de massas – e, para tal, necessitam do trabalho da mulher como professora – e, por outro lado, prolongam tendências para manter a mulher no interior do espaço doméstico.

O sexto artigo, da autoria de João Barroso (Universidade de Lisboa), Génese e evolução da organização pedagógica e da administração dos liceus, apresenta uma reflexão metodológica sobre a investigação que conduziu à sua tese de doutoramento, a qual se organizou em dois planos: no primeiro, procurou-se analisar a organização pedagógica como uma dimensão estruturante do próprio currículo e das suas didácticas; no segundo, desenvolveu-se uma análise do processo de aplicação dessas normas nas organizações, a partir do relato que os reitores faziam das suas práticas e dos dispositivos que as enquadravam.

O sétimo artigo, da autoria de Sérgio Grácio (Universidade Nova de Lisboa), Destinos do ensino técnico em Portugal (1910-1990), tem por objecto a articulação das transformações do ensino técnico em Portugal, nos seus diversos graus e por um período que vai desde o início da I República até ao final de 1990, à evolução de um conjunto de estruturas de âmbito macrosocial, assim constituídas como elementos para a interpretação daquelas transformações.

Finalmente, o oitavo artigo, da autoria de Jorge Ramos do Ó (Universidade de Lisboa), Teses em História da Educação (1986-1995), constitui um apanhado do conjunto dos trabalhos académicos apresentados na área da História da Educação entre 1986 e 1995. Apesar de ser impossível afirmar a exaustividade da recolha, trata-se de um instrumento extremamente valioso, na medida em que permite ter uma visão extensiva do trabalho académico realizado na última década. Mencionam-se no total 115 monografias (4 relatórios de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, 82 dissertações de mestrado e 29 teses de doutoramento), que constituem um material que necessita de uma análise fina do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

Não há nenhuma arrumação temática na apresentação dos textos, ainda que se tenha procurado respeitar uma certa sequência cronológica. Aos autores foi solicitado um texto com as principais linhas de força orientadoras do trabalho de doutoramento, nomeadamente: a génese da problemática da tese e a forma como se desenvolveu; a descrição das opções metodológicas e das fontes utilizadas; as conclusões e resultados da investigação; uma análise crítica e uma reflexão contextualizada sobre o sentido actual do trabalho. Deste modo, os textos têm uma forte componente teórica e metodológica, não constituindo uma colecção de investigações empíricas em História da Educação.

Esperamos que através da leitura destes textos seja possível compreender a riqueza actual do campo educacional no nosso país e suscitar um maior interesse pelos estudos históricos. Para nós, é impossível compreender os dilemas do presente sem uma reflexão histórica que permita marcar os limites (e as diferenças) do passado e, simultaneamente, mostrar de que forma ele se prolonga no presente através das nossas linguagens e das nossas categorias de pensamento. A educação, mais do que qualquer outro campo social, não tem sentido sem uma referência às histórias do passado e às marcas que deixaram no presente.

ANTÓNIO NÓVOA